

No Alphaville você pode comprar sua casa própria, financiada.

ALPHAVILLE
Fone: 225.4266

ANÚNCIO FONADO 223-2323

Novo pacote econômico inclui aumento de impostos

Até dezembro o governo precisará contar com mais Cr\$ 15 trilhões, mesmo cortando obras faraônicas

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

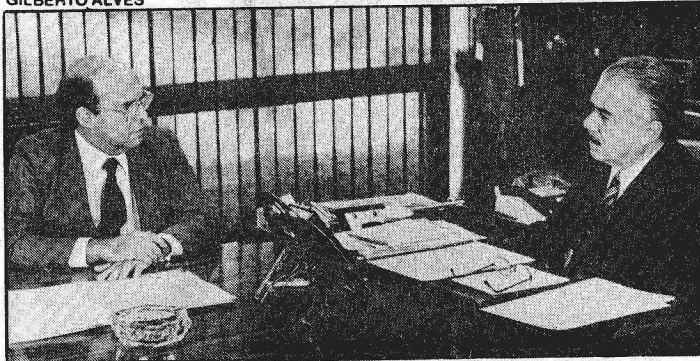
Além do corte de Cr\$ 24 trilhões no orçamento das empresas estatais, o presidente José Sarney vai decidir na reunião de sexta-feira, com os Ministros do Planejamento e da Fazenda, o aumento da arrecadação de impostos no País, de forma que até dezembro os cofres públicos possam contar com mais cerca de Cr\$ 15 trilhões, sob a forma de antecipação do Imposto de Renda de empresas, não correção da tabela de desconto na fonte para pessoas físicas, elevação de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e maior taxa sobre os lucros das instituições financeiras.

De acordo com avaliação de assessores da Presidência, o total dos cortes no déficit público de Cr\$ 109 trilhões ficará mesmo próximo a Cr\$ 50 trilhões, contando com a redução nos dispêndios das estatais e com o aumento da arrecadação de impostos. A decisão presidencial sobre este programa de ajustamento da economia sairá na sexta-feira, mas até ontem à noite o Palácio não havia decidido se o Presidente anunciará o "conjunto harmonioso de medidas econômicas" no mesmo dia ou até a próxima segunda-feira. A reunião com os minis-

tros será à tarde, após a solenidade de assinatura da mensagem propondo a Constituinte.

Para adiantar os estudos sobre as medidas, estiveram reunidos ontem separadamente com o presidente José Sarney os ministros Francisco Dornelles, da Fazenda e João Sayad, do Planejamento. Sayad classificou o conjunto de medidas na área das estatais como destinado a promover "uma distribuição mais homogênea dos investimentos públicos ao longo do tempo", não caracterizando exatamente um corte orçamentário. Além desta "racionalização de investimentos" e aumento de impostos, o Presidente anunciará também medidas destinadas a agilizar o processo de venda de empresas estatais

GILBERTO ALVES



Dornelles discutiu ontem as medidas com Sarney

ao setor privado, provavelmente enviando projeto ao Congresso neste sentido.

As medidas incluem ainda o congelamento do quadro de pessoal das empresas estatais. De acordo com assessores do Palácio, as estatais não poderão contratar ninguém para preencher vagas abertas por qualquer motivo, a não ser no setor operacional (pessoal não-burocrático). O congelamento do quadro burocrático será por um ano, no mínimo, com possibilidade de extensão para o restante do Governo Sarney. Desde já o Governo tomou medidas para que nenhum diretor de estatal tente antecipar o preenchimento de vagas com novas contratações. A decisão se prende ao fato de os salários nas estatais estarem bem acima da re-

muneração da administração direta.

Outra medida que será decidida na sexta-feira, de acordo com o subsecretário de Imprensa do Planalto, jornalista Antonio Frota Netto, é a paralisação de diversos projetos que não apresentem perspectivas de retorno a curto prazo. Neste caso incluem-se a fase dois de Tucuruí, a hidrelétrica de Balbina (Amazônia), a fase três da usina nuclear de Angra dos Reis, o programa da Ferrovia do Aço etc. Empreendimentos estatais como a Caraiíba Metais, do BNDES, serão simplesmente fechados, mas o Governo manterá os cronogramas de obras como o Projeto Grande Carajás, procurando dar um "sentido social" à sua execução daqui em diante.

Quanto ao novo esforço para privatização a ser anunciado, a intenção do que estão a venda. Finalmente, o Governo anunciará a intenção de promover a recuperação de estatais com estrangulamento financeiro, para depois colocar suas ações à venda no mercado de bolsas. Estes estudos, entretanto, deverão ser concluídos somente no futuro, por envolver uma série de mecanismos de consulta com o setor privado. O sanemaneto financeiro abrangerá as estatais do Grupo Eletrobrás e alguns segmentos do setor siderúrgico, entre outros.